

# A CIDADE E O PODER

## THE CITY AND THE POWER

Daniele Caroline David<sup>1</sup>

Universidade de Franca

**Resumo:** O artigo explora as transformações urbanas desde o século XIX, com foco nas relações entre poder, organização do espaço e urbanização. A partir das teorias de Michel Foucault e do desenvolvimento histórico das cidades, investiga-se como os dispositivos de controle moldaram a evolução das urbes, desde as cidades industriais até as configurações contemporâneas. Com base em exemplos como a cidade de Medellín, propõe-se uma análise do urbanismo social como resistência às dinâmicas tradicionais de poder. O estudo contribui para uma compreensão ampliada da cidade como um espaço dinâmico e político, influenciado por múltiplas forças históricas e sociais

**Palavras-chave:** cidade; poder; urbanização; urbanismo social.

**Abstract:** The article explores urban transformations since the 19th century, focusing on the relationships between power, spatial organization and urbanization. Based on Michel Foucault's theories and the historical development of cities, we investigate how control devices shaped the evolution of cities, from industrial cities to contemporary configurations. Based on examples such as the city of Medellín, an analysis of social urbanism as resistance to traditional power dynamics is proposed. The study contributes to an expanded understanding of the city as a dynamic and political space, influenced by multiple historical and social forces.

**Keywords:** city; power; urbanization; social urbanism.

**Submetido em 22 de março de 2025.**

**Aprovado em 22 de abril de 2025.**

### Introdução

As cidades são, desde seus primórdios, espaços de convivência, troca e poder. Desde as primeiras aglomerações urbanas, como na Mesopotâmia, até as metrópoles globais contemporâneas, as urbes têm sido palco de transformações que refletem e moldam as estruturas sociais e políticas. O século XIX marca uma ruptura significativa nesse processo, quando a Revolução Industrial e o surgimento do urbanismo

---

<sup>1</sup> Doutoranda do programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade de Franca, com foco em estudos urbanos relacionados com a teoria de Michel Foucault E-mail: [danielecdavid@gmail.com](mailto:danielecdavid@gmail.com)

redefiniram a lógica da organização espacial e a relação entre governantes e governados.

Michel Foucault (1984, 2008) aborda a cidade não apenas como um espaço físico, mas como um mecanismo de poder, onde dispositivos disciplinares e de segurança estruturam as relações sociais. Assim, estudar a cidade sob uma perspectiva foucaultiana permite revelar como o espaço urbano funciona tanto como reflexo quanto como ferramenta de poder, influenciando modos de vida, relações econômicas e configurações políticas.

Este artigo tem como objetivo analisar as transformações das cidades desde o século XIX, articulando conceitos foucaultianos com as práticas urbanísticas que moldaram o espaço urbano. A pesquisa busca, ainda, discutir alternativas contemporâneas, como o urbanismo social, que propõem resistir às dinâmicas tradicionais de controle e promover a inclusão social

## **1. Poder e espaço em Michel Foucault**

Michel Foucault revolucionou a maneira de compreender o poder ao deslocar o foco das formas tradicionais de dominação estatal para as práticas cotidianas e relações microfísicas que permeiam a sociedade. Em sua obra, ele propõe que o poder não é algo que se possui, mas algo que circula e se exerce em todas as dimensões da vida social. Essa perspectiva, fundamental para a compreensão do espaço urbano, associa-se ao conceito de "microfísica do poder", que descreve como o poder opera de forma capilar, em pequenos dispositivos e práticas cotidianas, atravessando instituições e moldando comportamentos individuais e coletivos (FOUCAULT, 2008a).

No contexto urbano, o espaço emerge como um elemento essencial para a manifestação e operação do poder. Foucault (2008b) argumenta que o espaço não é um simples recipiente passivo para a ação humana, mas um componente ativo nas relações de poder. Essa interação se torna evidente em dispositivos arquitetônicos e urbanísticos que regulam, vigiam e disciplinam os corpos e a circulação. Um exemplo clássico é o conceito do Panóptico, introduzido em *Vigiar e Punir* (1999), no qual a arquitetura se configura como um meio de vigilância que induz autocontrole nos indivíduos. O panoptismo, aplicado às cidades, revela como o poder se manifesta na organização espacial para moldar comportamentos e manter a ordem social.

Além disso, em *Segurança, Território e População* (2008c), Foucault desenvolve o conceito de "governamentalidade", referindo-se às técnicas e estratégias por meio das quais os governantes exercem controle sobre as populações. No contexto urbano, isso se traduz em práticas de planejamento e ordenamento territorial que criam dispositivos de segurança e controle. Esses dispositivos, como ruas largas, praças centrais e zonas residenciais segregadas, não apenas otimizam a circulação de mercadorias e pessoas, mas também reproduzem relações de poder ao organizar a cidade de maneira hierárquica e funcional.

A ligação entre poder e espaço também se dá por meio do conceito de território. Para Foucault, o território é mais do que uma área delimitada; é um instrumento político que permite exercer soberania e disciplinar populações. Ele afirma que o poder territorial implica tanto a delimitação de fronteiras quanto a regulação do que ocorre dentro delas. Por exemplo, o redesenho urbano de Paris pelo Barão Haussmann no século XIX, com avenidas largas que facilitavam tanto o comércio quanto o controle militar, exemplifica como o planejamento urbano pode ser usado para consolidar o poder estatal (FOUCAULT, 2008b; CHOAY, 2011).

A noção de "biopolítica", também fundamental na obra de Foucault, amplia essa discussão ao tratar da gestão das populações. Em *A Vontade de Saber* (1979), ele explora como o poder moderno se volta para o controle da vida, regulando nascimentos, mortes, saúde e condições de vida. No espaço urbano, essa gestão se manifesta em práticas que organizam os corpos e fluxos humanos, desde o saneamento básico até a segregação socioespacial.

Foucault argumenta que o espaço urbano é um meio pelo qual o poder se materializa e se perpetua, mas também um campo de resistência. Dispositivos como muralhas, ruas e praças podem ser subvertidos ou transformados para criar dinâmicas de inclusão e participação cidadã. Exemplos contemporâneos, como o urbanismo social de Medellín, demonstram como práticas urbanísticas podem resistir às dinâmicas tradicionais de controle e promover a equidade social.

Portanto, a análise foucaultiana do poder e do espaço revela a cidade como um organismo vivo, onde relações de poder são continuamente reproduzidas, negociadas e desafiadas. Essa perspectiva crítica é essencial para compreender não apenas o passado, mas também os desafios contemporâneos enfrentados pelas metrópoles em um contexto de crescente desigualdade e globalização.

## 2. A Evolução urbana

Portanto, a análise foucaultiana do poder e do espaço revela a cidade como um organismo vivo, onde relações de poder são continuamente reproduzidas, negociadas e desafiadas. Essa perspectiva crítica é essencial para compreender não apenas o passado, mas também os desafios contemporâneos enfrentados pelas metrópoles em um contexto de crescente desigualdade e globalização.

A evolução das cidades reflete as transformações sociais, econômicas e culturais das sociedades ao longo do tempo. Desde os primeiros aglomerados urbanos na Mesopotâmia, por volta de 3500 a.C., até as metrópoles globalizadas contemporâneas, a urbanização tem sido moldada pelas dinâmicas de poder, produção e organização social. Contudo, o período a partir do século XIX se destaca como um marco na história urbana, quando a Revolução Industrial e as mudanças associadas à modernidade provocaram uma reconfiguração sem precedentes das cidades e de seus espaços.

### 2.1. A cidade industrial

O século XIX trouxe consigo a consolidação da cidade industrial, marcada pela urbanização acelerada e pelo êxodo rural. A migração em massa de trabalhadores do campo para os centros urbanos foi impulsionada pela demanda das indústrias emergentes, que exigiam grande concentração de mão de obra. Londres, por exemplo, quintuplicou sua população entre 1801 e 1841, exemplificando a intensidade desse processo (CHOAY, 2011).

Essa nova configuração urbana foi caracterizada pela divisão funcional do espaço. As áreas centrais das cidades abrigavam os principais polos comerciais e administrativos, enquanto os bairros operários surgiam nas periferias, frequentemente desprovidos de infraestrutura básica e marcados pela precariedade das condições de vida. Castells (1975) argumenta que essa organização espacial não era acidental, mas um reflexo direto das dinâmicas do capitalismo industrial, que hierarquizava o espaço urbano em função das relações de produção e consumo.

Do ponto de vista morfológico, a cidade industrial apresentou mudanças significativas. A destruição das muralhas medievais deu lugar a avenidas largas e

quarteirões planejados, que facilitavam tanto o transporte de mercadorias quanto a vigilância e o controle social. Esse planejamento urbano, como demonstrado por Foucault (2008), servia não apenas a propósitos funcionais, mas também como um dispositivo de poder, organizando os corpos e a circulação de acordo com as necessidades da classe dominante.

## 2.2. A Era Moderna e o Urbanismo Progressista

No início do século XX, o urbanismo tornou-se uma disciplina consolidada, com o objetivo de responder aos problemas gerados pela urbanização desordenada. As cidades industriais, embora economicamente dinâmicas, eram cenários de profundas desigualdades sociais, insalubridade e conflitos de classe. Nesse contexto, surgiram propostas de reorganização espacial baseadas nos princípios do funcionalismo e da setorização.

O Plano Haussmann para Paris é um dos exemplos mais emblemáticos dessa época. Implementado entre 1853 e 1870, o plano transformou radicalmente a capital francesa, demolindo bairros insalubres e criando bulevares, praças e edifícios de prestígio. Embora tenha sido justificado como uma intervenção higienista e modernizadora, o plano também tinha claras implicações políticas, facilitando o controle militar e a vigilância social, especialmente em tempos de revolta popular (CHOAY, 2011; LAMAS, 1993).

Outros exemplos notáveis incluem o plano de expansão de Barcelona, elaborado por Ildefons Cerdà, que introduziu a ideia de quarteirões modulares e conectividade urbana, e a concepção de cidades-jardins de Ebenezer Howard, que buscavam combinar os benefícios da vida urbana e rural. Essas iniciativas refletem uma busca por equilíbrio entre funcionalidade, estética e justiça social, embora muitas vezes tenham falhado em atender às populações mais vulneráveis.

## 2.3. A cidade contemporânea a globalização

A segunda metade do século XX trouxe novas dinâmicas para a evolução urbana, marcadas pela globalização, avanços tecnológicos e intensificação da mobilidade. As cidades tornaram-se mais fragmentadas, com a emergência de múltiplos

centros urbanos conectados por eixos viários e fluxos de comunicação. Essa configuração policêntrica rompeu com o modelo monocêntrico tradicional, mas também acentuou a segregação socioespacial.

Borsdorf, Bähr e Janoschka (2002) descrevem as cidades contemporâneas como "fragmentadas", caracterizadas por constelações urbanas que integram áreas centrais, periferias e novas centralidades. Essas configurações, impulsionadas pela especulação imobiliária e pela gentrificação, resultaram em territórios com limites indefinidos, onde as desigualdades se tornam ainda mais evidentes.

No entanto, a globalização também trouxe oportunidades para reimaginar a cidade. Exemplos como o urbanismo social de Medellín, na Colômbia, mostram como práticas urbanísticas podem resistir à lógica excludente do mercado e promover a inclusão social. Projetos como o Metrocable, que conecta comunidades periféricas às áreas centrais, exemplificam a possibilidade de reverter tendências históricas de segregação e marginalização.

#### 2.4. O futuro das cidades

A evolução urbana continua a ser um processo em constante transformação. Desafios como a crise climática, a desigualdade crescente e a digitalização demandam novas abordagens para a organização do espaço urbano. O urbanismo sustentável e participativo, que prioriza a inclusão social e a resiliência ambiental, emerge como uma resposta promissora às contradições das cidades contemporâneas.

De acordo com Lefebvre (2002), o "direito à cidade" deve ser o princípio orientador das políticas urbanas do futuro. Isso implica a construção de cidades que não sejam apenas habitáveis, mas também democráticas, onde todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades.

### 3. Procedimentos metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com enfoque interpretativo e teórico. A pesquisa está fundamentada em análises documentais e bibliográficas, direcionadas à compreensão das relações entre poder, espaço urbano e urbanização, desde o período industrial até as configurações contemporâneas.

A metodologia combina dois eixos principais: o teórico-conceitual, baseado nas obras de Michel Foucault e de autores de estudos urbanos, e o analítico, que examina casos práticos, como o urbanismo social em Medellín, para conectar os conceitos teóricos às práticas urbanas deste século.

A coleta de dados foi realizada a partir de fontes secundárias, incluindo livros, artigos acadêmicos, e estudos de caso sobre urbanismo e organização espacial. Foram priorizados textos de Michel Foucault, como *Vigiar e Punir* (1999), *Microfísica do Poder* (2008), e *Segurança, Território e População* (2008), que oferecem um arcabouço teórico robusto para compreender as dinâmicas de poder e território. Além disso, autores como Castells (1975), Lefebvre (2002) e Choay (2011) contribuíram para situar o debate nas dimensões sociais e históricas do espaço urbano.

O estudo também incorporou análises de casos contemporâneos, como Medellín, Colômbia, onde políticas urbanas inovadoras desafiam as dinâmicas tradicionais de poder e exclusão. Esses casos foram explorados por meio de literatura especializada e relatórios de instituições urbanísticas.

A análise foi estruturada em três etapas complementares, levantamento teórico, contextualização histórica e estudo de caso.

Acerca do levantamento teórico consistiu na Investigação das bases conceituais sobre poder, espaço e urbanização. Esta etapa envolveu a leitura e interpretação de obras clássicas e recentes para identificar categorias analíticas, como dispositivos de segurança, disciplina e biopolítica.

Já a contextualização histórica abarcou Estudo das transformações urbanas desde o século XIX, com foco em eventos e processos-chave, como a Revolução Industrial, a emergência do urbanismo modernista e a globalização. Nessa etapa, buscou-se relacionar as mudanças morfológicas das cidades às dinâmicas de poder e controle social descritas por Foucault.

E, por fim, o estudo de caso consistiu na análise do urbanismo social em Medellín, como exemplo prático de resistência às estruturas tradicionais de exclusão. Essa análise permitiu explorar como conceitos teóricos podem se materializar em políticas urbanas voltadas para inclusão e sustentabilidade.

## 4. Resultados e discussões

Os resultados e discussões desta pesquisa destacam como as transformações urbanas ao longo dos séculos refletem as dinâmicas de poder e controle social, conforme analisadas por Michel Foucault. A evolução da cidade desde a era industrial até as configurações contemporâneas revela dispositivos de poder que organizam o espaço, moldam os modos de vida e, em alguns casos, perpetuam desigualdades socioespaciais.

### 4.1. A cidade industrial: Ordem e controle

Com a Revolução Industrial, as cidades se tornaram o epicentro do desenvolvimento econômico, político e social. Essa transformação foi acompanhada por uma reorganização espacial que priorizou a funcionalidade econômica e o controle social. As áreas centrais concentravam as atividades administrativas e comerciais, enquanto os trabalhadores industriais eram deslocados para as periferias, frequentemente em condições insalubres.

Castells (1975) observa que a "desordem urbana" percebida na cidade industrial não era acidental, mas sim uma consequência da lógica capitalista. A espacialidade urbana foi estruturada para maximizar a produtividade, com segregação de classes e especialização funcional dos territórios. As avenidas largas, como as implementadas no plano Haussmann em Paris, exemplificam o poder materializado na organização do espaço. Essas vias não apenas facilitavam o transporte, mas também possibilitavam a vigilância e o rápido deslocamento de tropas em caso de revoltas (CHOAY, 2011).

Plano de Haussmann em Paris



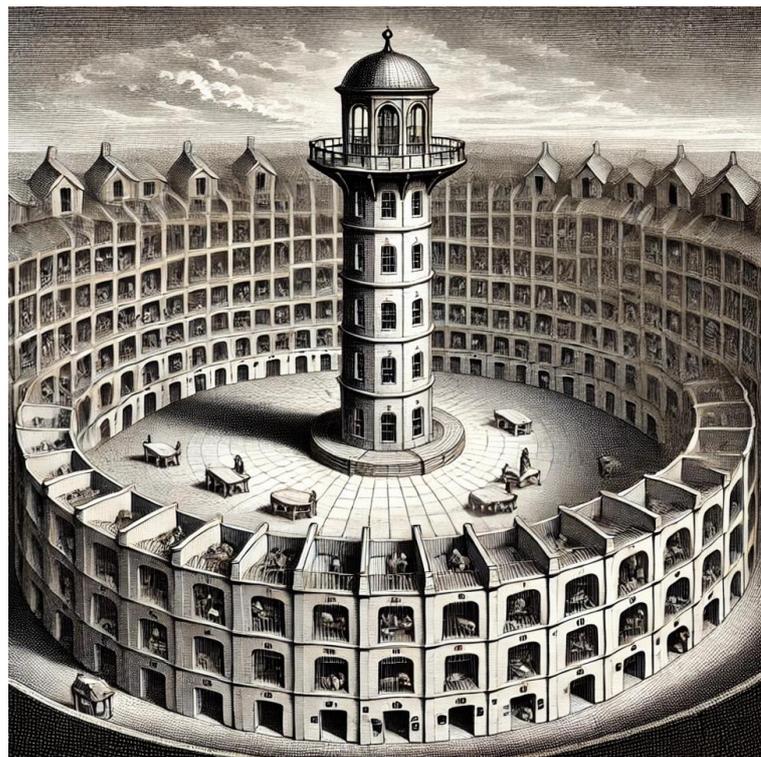
#### 4.2. O Panoptismo e a cidade

A metáfora do panóptico, elaborada por Foucault em *Vigiar e Punir* (1999), é particularmente relevante para compreender a cidade industrial. O urbanismo dessa época incorporou dispositivos que disciplinavam corpos e comportamentos, promovendo o autocontrole por meio da vigilância implícita.

No contexto urbano, o panoptismo se manifesta em elementos como praças públicas, que funcionam simultaneamente como espaços de convivência e de vigilância, e na setorização das áreas urbanas, que restringiam a mobilidade das classes trabalhadoras. Essa lógica disciplinar perpetuava as desigualdades e reforçava o controle da classe dominante sobre o espaço urbano.

A figura 2 é uma ilustração que representa o Panóptico de Jeremy Bentham, apresentando uma prisão circular com torre central de vigilância. A arquitetura exemplifica o conceito de controle e autocontrole por meio da vigilância constante, explorado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*.

Panoptico de Jeremy Bentham



Durante a Revolução Industrial, o planejamento urbano incorporou dispositivos panópticos de controle social. A abertura de avenidas largas, como as introduzidas no Plano Haussmann em Paris (1853-1870), foi justificativa como medida funcional e higienista, mas também facilitava o deslocamento militar e a vigilância das classes trabalhadoras. Esse modelo de organização urbana evitava revoltas populares ao permitir a rápida mobilização de tropas em caso de insurreições (CHOAY, 2011).

Já no século XX, o panoptismo continuou a influenciar o espaço urbano, com adaptações às novas tecnologias e demandas sociais. Elementos como câmeras de vigilância, sistemas de transporte público e o planejamento de bairros reforçam a ideia de vigilância constante.

Como exemplo, a cidade de Nova Iorque com os arranha-céus do distrito financeiro e áreas de alta densidade são equipados com câmeras de vigilância que monitoram os cidadãos 24 horas por dia. Esses dispositivos, associados ao uso de dados digitais, ampliam o alcance da vigilância, transformando o espaço urbano em um grande "panóptico eletrônico".

O panoptismo não se limita à vigilância física. Estruturas arquitetônicas como praças públicas e espaços comerciais também operam como dispositivos de controle. Esses espaços são projetados para maximizar a visibilidade e a previsibilidade dos comportamentos, como exemplo tem a Praça de São Marcos em Veneza, Itália.

A disposição das lojas e a amplitude da praça permitem que qualquer atividade seja visível de múltiplos ângulos, incentivando comportamentos controlados e reprimindo ações consideradas "indesejadas".

Trazendo para o contexto contemporâneo da cidade inteligente, o panoptismo urbano assume uma nova dimensão. As "cidades inteligentes", equipadas com sensores, câmeras e dispositivos conectados à Internet das Coisas (IoT), ampliam as capacidades de vigilância e controle.

A cidade de Songdo, na Coreia do Sul ilustra o panoptismo contemporâneo. Uma cidade inteligente construída do zero, Songdo integra sensores em seus sistemas de transporte, gestão de resíduos e segurança pública. A vigilância contínua dos dados gerados pelos cidadãos permite a administração eficiente da cidade, mas também levanta questões sobre privacidade e controle.

Diante de tais cenários, uma das alternativas possíveis é O urbanismo social, exemplificado por Medellín, oferece uma resposta alternativa ao panoptismo urbano. Em vez de priorizar o controle, promove a inclusão por meio de projetos como o Metrocable e as bibliotecas-parque, que integram as periferias ao centro urbano, a cidade caso representada neste artigo em questão.

Além do panoptismo é relevante trazer a questão da fragmentação urbana, fenômeno recorrente nas cidades contemporâneas que trazem consigo implicações espaciais e sociais, impactando também os modos de vida dos cidadãos, assim como o panóptico.

#### 4.3. A fragmentação urbana na globalização

A fragmentação urbana caracteriza-se como um fenômeno marcante da era contemporânea, diretamente relacionado à globalização, ao avanço das tecnologias e às mudanças nos padrões de produção e consumo. Esse processo reflete a reorganização do espaço urbano em "ilhas" de diferentes usos, funções e classes sociais, conectadas por eixos viários, mas frequentemente desconectadas em termos de coesão social e acessibilidade (BORSFORD; BÄHR; JANOSCHKA, 2002).

Ao contrário do modelo monocêntrico tradicional, onde uma área central concentrava a maior parte das atividades econômicas e administrativas, as cidades fragmentadas são policêntricas, compostas por múltiplos núcleos urbanos. Esses núcleos são frequentemente criados ou exacerbados pela especulação imobiliária, pela gentrificação e pela expansão das periferias (SECCHI, 2006).

A fragmentação surge como resposta às demandas do capitalismo globalizado, que prioriza a criação de enclaves de alta lucratividade, como condomínios fechados, shopping centers e áreas empresariais, enquanto desloca as populações mais vulneráveis para áreas periféricas desprovidas de infraestrutura adequada (CORRÊA, 2010).

Essas dinâmicas também refletem a transição do espaço urbano para um modelo de "cidade dispersa", onde a mobilidade é fundamental. A dependência do automóvel e a construção de grandes rodovias contribuem para aumentar as distâncias entre os diferentes polos urbanos, agravando as desigualdades socioespaciais.

A fragmentação urbana é frequentemente acompanhada por um aumento da segregação socioespacial. Enquanto as classes mais abastadas ocupam áreas

privilegiadas com acesso a serviços e infraestrutura, populações de baixa renda são empurradas para periferias cada vez mais distantes, onde a ausência de políticas públicas agrava problemas como falta de transporte, educação e saúde.

Villaça (2017) descreve essa dinâmica como uma "dicotomia entre o espaço intra-urbano e o regional", onde as áreas centrais são voltadas para o consumo e os negócios, enquanto as periferias desempenham funções habitacionais subordinadas. Essa organização reproduz a lógica de exclusão e limita o direito à cidade para os segmentos menos favorecidos da população.

Nas cidades latino-americanas, a fragmentação é particularmente evidente. Estudos realizados por Borsford (2002, et al.) destacam como metrópoles como São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México exibem uma estrutura em constelação, com áreas periféricas cada vez mais desconectadas do centro.

Um exemplo claro é São Paulo, onde áreas como Alphaville, um enclave de alta renda, contrastam com os bairros periféricos desprovidos de serviços básicos. Esses contrastes não apenas reforçam as desigualdades, mas também limitam a integração social e a mobilidade urbana.

Esse fenômeno não é apenas um problema social; ela também traz implicações ambientais significativas. A expansão desordenada das cidades leva à destruição de áreas verdes e ao aumento das emissões de carbono devido à dependência do transporte motorizado. Além disso, a infraestrutura necessária para conectar os diferentes núcleos urbanos frequentemente resulta em impactos negativos, como enchentes e contaminação dos recursos hídricos.

Embora a fragmentação urbana represente desafios significativos, ela também oferece oportunidades para repensar o planejamento urbano de maneira inclusiva e sustentável. A criação de políticas que incentivem o uso de transporte público, a integração das áreas periféricas e o desenvolvimento de centralidades acessíveis pode ajudar a mitigar os efeitos negativos da fragmentação.

O urbanismo social em Medellín é um exemplo bem-sucedido de como a fragmentação pode ser abordada. Projetos como o Metrocable conectam áreas periféricas ao centro da cidade, promovendo inclusão social e mobilidade. Além disso, o investimento em infraestrutura cultural e educacional, como as bibliotecas-parque, demonstra que é possível transformar as periferias em polos de oportunidade.

#### 4.4. Urbanismo Social: Resistência e Inclusão

O urbanismo social, enquanto prática urbanística, emerge como uma forma de resistência aos dispositivos tradicionais de poder e controle social descritos por Michel Foucault. Em sua obra, Foucault argumenta que o poder não é algo que se possui, mas que se exerce, operando em redes capilares que permeiam todas as dimensões da vida, incluindo o espaço urbano (FOUCAULT, 2008). No contexto das cidades, o controle social é materializado por meio de dispositivos espaciais que regulam comportamentos, segregam populações e reproduzem desigualdades.

Nesse cenário, o urbanismo social pode ser compreendido como uma contra estratégia, uma tentativa de subverter as dinâmicas de exclusão e vigilância, promovendo a inclusão e a democratização do espaço urbano. Ao propor projetos que conectam as periferias ao centro, criam espaços públicos inclusivos e incentivam a participação cidadã, o urbanismo social desafia o controle tradicional e fortalece a autonomia das comunidades marginalizadas.

Para Foucault, o espaço é um componente ativo nas relações de poder. Ele afirma que dispositivos como ruas, praças e edifícios são projetados para organizar a circulação de corpos e mercadorias, reforçando hierarquias sociais e políticas (FOUCAULT, 1999). O conceito de panoptismo, exemplificado pelo Panóptico de Jeremy Bentham, ilustra como a vigilância constante induz o autocontrole nos indivíduos, disciplinando suas ações e perpetuando a ordem social.

No contexto urbano, isso se traduz em práticas de segregação espacial e exclusão social, onde populações vulneráveis são confinadas às periferias, longe dos recursos e serviços urbanos. A cidade, então, funciona como um mecanismo de controle, onde a arquitetura e o planejamento reforçam desigualdades estruturais.

O urbanismo social rompe com essa lógica ao colocar as comunidades marginalizadas no centro das intervenções urbanísticas. Em vez de reforçar o isolamento, essas práticas buscam integrar as periferias ao tecido urbano, promovendo acesso igualitário aos recursos e serviços.

## 5. O estudo de caso da cidade de Medellín

Medellín, na Colômbia, é um exemplo emblemático de como o urbanismo social pode ser uma forma de resistência. Até os anos 1990, a cidade era marcada por extrema violência e desigualdade, intensificadas pelo narcotráfico e pelo isolamento geográfico das comunidades periféricas. Contudo, a partir dos anos 2000, uma série de intervenções urbanas transformou Medellín em um modelo de inclusão social.

### i) Metrocable

O sistema de teleféricos, conectado ao metrô da cidade, rompeu com o isolamento físico e social das comunidades nas encostas montanhosas. Inspirado pelos princípios de Foucault, pode-se argumentar que o Metrocable inverte o panoptismo tradicional: ao invés de vigiar, ele visibiliza e empodera os habitantes das periferias, conectando-os ao restante da cidade

Vista área Metrocable (teleférico em Medellín)



Fonte: GALVIN M.; MAASEN A. 2019

### ii) Biblioteca-Parque

Esses equipamentos foram construídos em bairros marginalizados para oferecer acesso à cultura e à educação. A arquitetura imponente e moderna das bibliotecas

transmite uma mensagem de dignidade e pertencimento, resistindo à lógica do abandono frequentemente associada às periferias.

Biblioteca Parque España



Fonte: SAJOR, 2017

### iii) Escadas Rolantes na Comuna 13:

Além de facilitar a mobilidade, as escadas rolantes da Comuna 13 servem como símbolo de transformação social. Os murais que adornam o local reforçam a identidade cultural da comunidade, promovendo uma narrativa de resistência ao estigma da violência.

## Escadas Rolantes



Fonte: CAVALCANTI,2012.

Do ponto de vista foucaultiano, o urbanismo social também pode ser interpretado como uma forma de biopolítica positiva, onde o foco está na promoção da vida e do bem-estar das populações marginalizadas (FOUCAULT, 1979). Ao investir em saúde, educação, transporte e cultura, essas políticas urbanísticas transformam o espaço urbano em um campo de possibilidades, ao invés de um mecanismo de controle.

De acordo com estudos em bibliografias locais, são listados alguns impactos e limitações das transformações da cidade colombiana, sendo eles:

- i) Redução da violência: Entre 2002 e 2013, as taxas de homicídios caíram drasticamente na cidade (MEDELLÍN INNOVATION, 2016);
- ii) **Inclusão socioespacial:** A integração das comunidades periféricas resultou em maior mobilidade, acesso a oportunidades e redução das desigualdades;
- iii) **Reconhecimento internacional:** Medellín foi premiada como a cidade mais inovadora do mundo pelo *Urban Land Institute* em 2013.

Contudo, os desafios permanecem. A sustentabilidade financeira desses projetos é um ponto crítico, especialmente em contextos de crise econômica. Além disso, o urbanismo social não substitui a necessidade de políticas estruturais, como reforma agrária, investimentos em educação e redistribuição de renda.

O exemplo de Medellín tem inspirado outras cidades latino-americanas, como Bogotá, Curitiba e Santiago, a adotarem princípios de urbanismo social. No entanto,

para que essas práticas sejam eficazes, é essencial que sejam adaptadas aos contextos locais e acompanhadas de uma gestão participativa e transparente.

O urbanismo social ilustra que o espaço urbano pode ser um campo de resistência ao poder disciplinar e biopolítico. Medellín demonstra que é possível transformar as cidades em espaços de inclusão e dignidade, desafiando as dinâmicas tradicionais de controle e exclusão.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou explorar como as dinâmicas de poder e controle social, descritas por Michel Foucault, estão intrinsecamente relacionadas à organização do espaço urbano e às transformações das cidades ao longo do tempo. Desde a Revolução Industrial, as cidades têm sido moldadas não apenas por fatores econômicos e funcionais, mas também por dispositivos de vigilância e disciplina que reforçam desigualdades e segregações socioespaciais.

O conceito de panoptismo, aplicado ao planejamento urbano, revelou como a organização espacial é utilizada para controlar e moldar comportamentos, consolidando hierarquias sociais e econômicas. No entanto, as transformações contemporâneas evidenciam tanto os desafios quanto as possibilidades de reimaginar o espaço urbano como um campo de inclusão e resistência.

O urbanismo social, exemplificado pelas intervenções em Medellín, representa uma ruptura com a lógica excludente que historicamente marcou o planejamento urbano. Projetos como o Metrocable, as bibliotecas-parque e as escadas rolantes da Comuna 13 demonstram que é possível transformar o espaço urbano em um instrumento de inclusão e empoderamento, promovendo a participação cidadã e resgatando a dignidade das populações marginalizadas. Essas intervenções não apenas desafiam o controle disciplinar tradicional, mas também exemplificam uma biopolítica positiva, voltada para a promoção da vida e do bem-estar.

Contudo, é essencial reconhecer que o urbanismo social não é uma solução universal. A experiência de Medellín destaca a importância de combinar projetos urbanísticos com políticas estruturais mais amplas, que abordem questões como redistribuição de renda, acesso à educação e redução das desigualdades econômicas.

Além disso, a sustentabilidade financeira e a manutenção desses projetos são desafios que exigem um comprometimento contínuo dos governos locais e da sociedade civil.

As cidades contemporâneas enfrentam um paradoxo: enquanto avançam em termos de tecnologia e conectividade, continuam a reproduzir desigualdades e exclusões. O "direito à cidade", conforme proposto por Lefebvre (2002), deve ser o princípio orientador para superar esse paradoxo. Isso implica a construção de espaços urbanos que não sejam apenas funcionais, mas também democráticos, onde todas as pessoas possam exercer plenamente sua cidadania.

Portanto, o espaço urbano não deve ser visto apenas como reflexo das relações de poder, mas também como um campo de possibilidades. O planejamento urbano do futuro deve buscar o equilíbrio entre funcionalidade, inclusão e sustentabilidade, promovendo cidades que sejam ao mesmo tempo habitáveis e justas. A experiência de Medellín nos ensina que, embora os desafios sejam grandes, a transformação urbana é possível quando há vontade política, participação cidadã e uma visão centrada na dignidade humana.

## Referências

ALVES, M. T. *Cidades e Subúrbios: A formação das metrópoles modernas*. São Paulo: Edusp, 2013.

AYMONINO, C. *La Ciudad Moderna*. Milão: Electa, 1972.

BETANCUR, J. J. *Approaches to the Regularization of Informal Settlements: The Case of Medellín*. *Global Urban Development Journal*, v. 4, n. 1, 2008.

Borsdorf, A.; Bähr, J.; Janoschka, M. *Fragmentação urbana na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHOAY, F. *O Urbanismo: Utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1979.

COSTA, L. *Brasília: Planejamento e Construção da Capital do Brasil*. Brasília: Edições Técnicas, 2000.

DURAND-LASSERVE, A. *Social Urbanism in Latin America*. New York: Routledge, 2014.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1984.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.

- FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População: Curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- KRAFTA, M. *Urbanismo e Fragmentação: A cidade contemporânea*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- LAMAS, J. M. R. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MEDELLÍN INNOVATION. *How Medellín transformed itself*. Medellín: Urban Development Agency, 2016.
- ROJAS, E. *Building Cities: The Transformation of Urban Spaces in Latin America*. Washington: Inter-American Development Bank, 2010.
- SINGER, P. *O Capitalismo e a Cidade Industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1932.
- VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2017.